


FATORES QUE IMPACTAM NO CRESCIMENTO DE CURSOS SUPERIORES A DISTÂNCIA**FACTORS THAT IMPACT IN THE GROWTH OF DISTANCE LEARNING HIGHER EDUCATION COURSES****FACTORES QUE INCIDEN EN EL CRECIMIENTO DE LOS CURSOS DE EDUCACIÓN SUPERIOR A DISTANCIA** <https://doi.org/10.56238/rcsv16n2-004>

Data de submissão: 19/01/2026

Data de aprovação: 19/02/2026

Lucileila do Rosário Queiroz

Mestre em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos
Instituição: Centro Paula Souza
E-mail: lucileila.gpeps@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2677-7462>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2843117864412274>

Sirlei Bertolini Soares

Mestre em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos
Instituição: Centro Paula Souza
E-mail: sirlei.bertolini@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2691-5332>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2369256378553868>

Garabed Kenchian

Doutor em Ciências
Instituição: Instituto Federal de São Paulo
E-mail: gkenchian@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1989-5313>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2398951862039492>

Roberto Kanaane

Doutor em Ciências
Instituição: Centro Paula Souza
E-mail: kanaanhe@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4702-7740>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8168398451169766>

Renan da Costa Nogueira

Mestrando em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional
Instituição: Centro Paula Souza
E-mail: nogueira.barcelona@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0440-6515>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5187584282605625>

Luciano José Dantas

Mestre em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional

Instituição: Centro Paula Souza

E-mail: luciano.dantas@fatec.sp.gov.brOrcid: <https://orcid.org/0000-0003-3221-7450>Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0882032274549783>**RESUMO**

Com o estabelecimento de metas nos Planos Nacionais de Educação de 1998 e 2014 para ampliação do número de matrículas nos cursos superiores e com a previsão da modalidade de ensino a distância na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, ocorreu no Brasil acentuado crescimento no número de Instituições de Ensino Superior, com o consequente aumento na oferta de cursos e no número de matrículas, principalmente das Instituições privadas e dos cursos a distância. Diante deste contexto, o artigo pretende investigar quais os fatores que colaboraram para o expressivo crescimento da oferta de cursos superiores a distância nas Instituições privadas e porque o mesmo crescimento não ocorreu nas Instituições públicas. Como métodos de pesquisa utilizou-se enfoque descritivo, exploratório, conjugado com estudo de caso de uma Instituição de Ensino Superior privada. As técnicas empregadas foram interpretação dos dados dos Censos da Educação Superior, dos anos 2001 a 2021 e entrevista não diretiva com o pró-reitor da Instituição objeto de estudo. Nas instituições privadas foram constatados os seguintes fatores: incentivos da legislação, adaptação à queda de financiamentos por parte do governo; necessidade de diminuição de investimentos e infraestrutura; mensalidades menores; ampliação do alcance geográfico dos cursos; e reestruturação das instituições diante da pandemia da Covid-19. Nas instituições públicas, constatou-se que o crescimento de cursos a distância foi significativamente menor que as privadas, mesmo diante do contexto de pandemia e não houve reestruturação no setor para incluir o ensino a distância. Nas instituições privadas, o percentual de matrículas em cursos a distância passou de 6% em 2006 para 51% em 2021 e nas instituições públicas variou de 4% para 8%. O estudo de caso corrobora com essa tendência de crescimento da oferta de cursos a distância nas instituições privadas.

Palavras-chave: Ensino Superior. EaD. Cursos Superiores a Distância. Matrículas.**ABSTRACT**

With the establishment of goals in the National Education Plans of 1998 and 2014 to increase the number of enrollments in higher education courses and with the provision of the distance learning modality in the 1996 Law of Guidelines and Bases, there was a sharp increase in the number of Higher Education Institutions in Brazil, with the consequent increase in the offer of courses and the number of enrollments, mainly in private institutions and distance learning courses. Given this context, the article intends to investigate which factors contributed to the significant growth in the provision of distance higher education courses in private institutions and why the same growth did not occur in public institutions. As research methods, a descriptive, exploratory approach was used, combined with a case study of a private Higher Education Institution. The techniques used were interpretation of data from the Higher Education Census, from 2001 to 2021, and a non-directive interview with the pro-rector of the Institution under study. In private institutions, the following factors were found: legislative incentives, adaptation to the drop in government funding; need to reduce investments and infrastructure; lower monthly fees; expanding the geographic reach of courses; and restructuring of institutions in the face of the Covid-19 pandemic. In public institutions, it was found that the growth of distance learning courses was significantly lower than in private institutions, even in the context of the pandemic and there was no restructuring in the sector to include distance learning. In private institutions, the percentage of enrollment in distance learning courses increased from 6% in 2006 to 51% in 2021 and in public institutions it varied from 4% to 8%. The case study corroborates this growing trend in the provision of distance learning courses in private institutions.

Keywords: Higher Education. Distance Education. Distance Higher Courses. Enrollment.

RESUMEN

Con el establecimiento de metas en los Planes Nacionales de Educación de 1998 y 2014 para aumentar la matrícula en cursos de educación superior, y con la inclusión de la educación a distancia en la Ley de Directrices y Bases de 1996, Brasil experimentó un marcado aumento en el número de Instituciones de Educación Superior, con el consiguiente aumento en la oferta de cursos y matrículas, principalmente en instituciones privadas y cursos de educación a distancia. En este contexto, este artículo tiene como objetivo investigar los factores que contribuyeron al crecimiento significativo en la oferta de cursos de educación superior a distancia en instituciones privadas y por qué el mismo crecimiento no ocurrió en las instituciones públicas. Los métodos de investigación empleados fueron un enfoque descriptivo y exploratorio, combinado con un estudio de caso de una Institución de Educación Superior privada. Las técnicas utilizadas fueron la interpretación de datos de los Censos de Educación Superior de 2001 a 2021 y una entrevista no directiva con el prorector de la institución en estudio. En las instituciones privadas, se observaron los siguientes factores: incentivos legislativos; adaptación a la caída en la financiación gubernamental; la necesidad de reducir las inversiones e infraestructura; menores tasas de matrícula; la expansión del alcance geográfico de los cursos y la reestructuración de las instituciones ante la pandemia de COVID-19. En las instituciones públicas, se observó que el crecimiento de los cursos a distancia fue significativamente menor que en las privadas, incluso en el contexto de la pandemia, y no se produjo una reestructuración del sector para incluir la educación a distancia. En las instituciones privadas, el porcentaje de matrículas en cursos a distancia aumentó del 6% en 2006 al 51% en 2021, mientras que en las instituciones públicas varió del 4% al 8%. El estudio de caso corrobora esta tendencia de crecimiento en la oferta de cursos a distancia en las instituciones privadas.

Palabras clave: Educación Superior. Educación a Distancia. Matrícula.

1 INTRODUÇÃO

A educação a distância (EaD) não é uma alternativa recente de disseminação do conhecimento. Há estudos de que este modelo foi utilizado desde o início do século XVIII, por meio de correspondências e desde então vem sendo aprimorada, passando pelo uso da taquigrafia, rádio, televisão, teleconferências, até chegar nos moldes mais recentes, com a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs (De Souza *et al.*, 2022).

Segundo Mattos e Silva (2020), o início da EaD no Brasil remonta ao século XX, no entanto, esse modelo de ensino só passou a ser alvo da atenção do Estado na década de 1990, quando foram estabelecidas políticas públicas em consonância com as diretrizes de organismos internacionais.

Pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, a iniciativa de EaD foi reconhecida para todos os níveis de educação, entretanto sua efetiva regulamentação deu-se no ano de 2005, atingindo principalmente o ensino superior.

Em 1998, na elaboração do primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) do Brasil, foi constatado que a porcentagem de jovens de 18 a 24 anos matriculados na educação superior brasileira era de menos de 12%, por isto foram incluídos objetivos e metas para aumentar o número desse percentual. Dentre as metas fixadas, destacavam-se: “Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos” e “Estabelecer um amplo sistema interativo de educação a distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada” (Brasil, 2001). Portanto, o primeiro PNE já previa a utilização da EaD para ampliar a oferta de cursos superiores. Mas foi a iniciativa privada que, identificando uma oportunidade de negócio, proporcionou um grande aumento no número de Instituições de Ensino Superior (IES), passando de 1.004 em 2000 para 2.574 em 2021 (Brasil, 2022).

Posteriormente, ainda no sentido de aumentar o acesso ao nível superior, foi incluída no PNE 2014-2024 a meta 12: “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta” (Brasil, 2014).

Em 2017 foi publicado o Decreto Federal nº 9.057 que possibilitou às IES ofertar cursos superiores exclusivamente a distância, sendo possível o credenciamento dos cursos em EaD sem a necessidade de credenciamento prévio dos cursos presenciais (Mattos; Silva, 2020).

Em 2020, com a pandemia da Covid-19 e o isolamento social, as IES se viram compelidas a fazer a adequação de seus cursos presenciais ao ensino remoto emergencial. Essa adequação provocou um movimento de alteração na gestão das IES privadas no sentido de ampliar cursos a distância e encerrar cursos presenciais, trazendo uma configuração atual onde grande parte dessas instituições

promoveram uma completa reestruturação interna, passando a ofertar quase que exclusivamente cursos a distância.

Diante desse crescimento acentuado da oferta de cursos EaD pergunta-se: quais os fatores que colaboraram para o expressivo crescimento da oferta de cursos superiores a distância nas Instituições privadas e porque o mesmo crescimento não ocorreu nas instituições públicas?

Para responder ao questionamento, fixou-se como objetivo geral: levantar os fatores relacionados ao funcionamento da EaD nas IES, que impactaram no crescimento desta modalidade de ensino no Brasil.

E como objetivos específicos:

1. caracterizar a evolução das matrículas em cursos a distância em comparação com os cursos presenciais, nas IES públicas e privadas;
2. Identificar os desafios e oportunidades das IES na implantação de cursos a distância;
3. Apresentar um estudo de caso que representa crescimento do ensino a distância em uma IES privada.

2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

A revolução tecnológica implicou em profundas alterações nos relacionamentos humanos e nas esferas econômicas, culturais, sociais e educacionais, exigindo que as pessoas e organizações se adaptassem à nova realidade (Basso *et al.*, 2023). Com a evolução tecnológica e a inserção de ferramentas tecnológicas no funcionamento das IES, a forma de ensino também foi influenciada, sendo possível que algumas instituições ofertassem cursos híbridos (com parte das aulas presenciais e parte em EaD) e posteriormente, cursos totalmente a distância.

A educação a distância é considerada uma modalidade de ensino onde há separação física entre professores e alunos e que não está sujeita a barreiras geográficas e temporais, com a ampla utilização de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) (Da Silva *et al.*, 2022).

[...] é um sistema de tecnologia de comunicação bidirecional e multidirecional, que pode ser massivo e substituir a interação pessoal que ocorre entre aluno e professor na sala de aula tradicional, como opção preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diferentes recursos didáticos associados ao apoio de uma organização e tutoria separadas fisicamente dos estudantes, o que lhes proporciona um aprendizado independente e flexível (Da Silva *et al.*, 2022, p. 220).

O Decreto 9.057/2017 que regulamenta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), em seu artigo 1º traz a definição desta modalidade de ensino:

considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (Brasil, 2017, p. 1).

No Brasil, até o ano 2002 não havia cursos superiores totalmente em EaD. Os primeiros cursos nesta modalidade surgiram em 2003 (Brasil, 2022) e ainda assim, para seu funcionamento, a IES precisaria manter curso presencial credenciado junto ao Ministério da Educação (MEC) (Da Silva *et al.*, 2022).

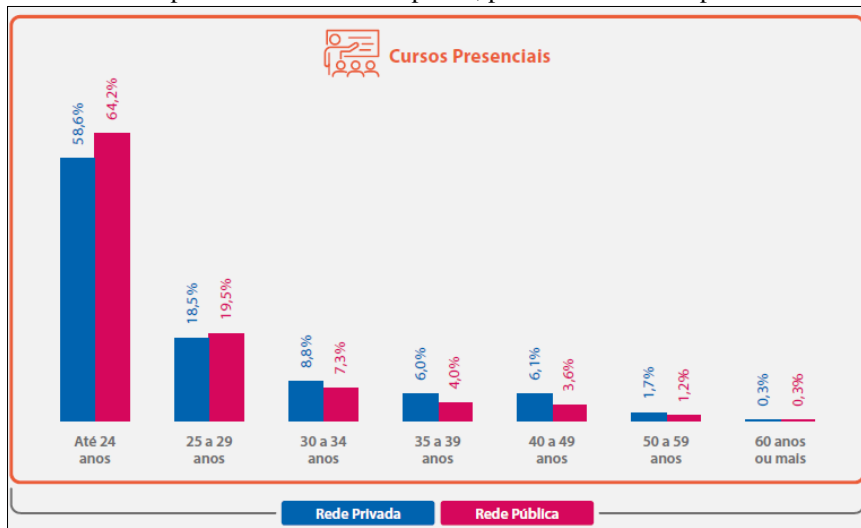
Em 2014, com a inserção da Meta 12 no Plano Nacional de Educação, que estabeleceu a elevação da taxa bruta de matrículas na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, houve intenso crescimento na oferta de cursos a distância, sendo que no último Censo da Educação Superior (2021), a quantidade de matrículas nesta modalidade (49%) quase igualou às matrículas nos cursos presenciais (51%) (Brasil, 2022).

2.1 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Basso *et al.* (2023) defendem que a tecnologia pode ser utilizada no processo de ensino aprendizagem para o desenvolvimento das capacidades humana e técnica dos profissionais, de modo a prepará-los para atender à demanda do mercado, aperfeiçoando sua autonomia e capacidade crítica. Segundo os autores, a tecnologia, no processo de aprendizagem, pode ser usada como fator que possibilita ao aluno estudar em regiões remotas, além de contemplar os que precisam de flexibilização de tempo e espaço para concluir sua formação superior.

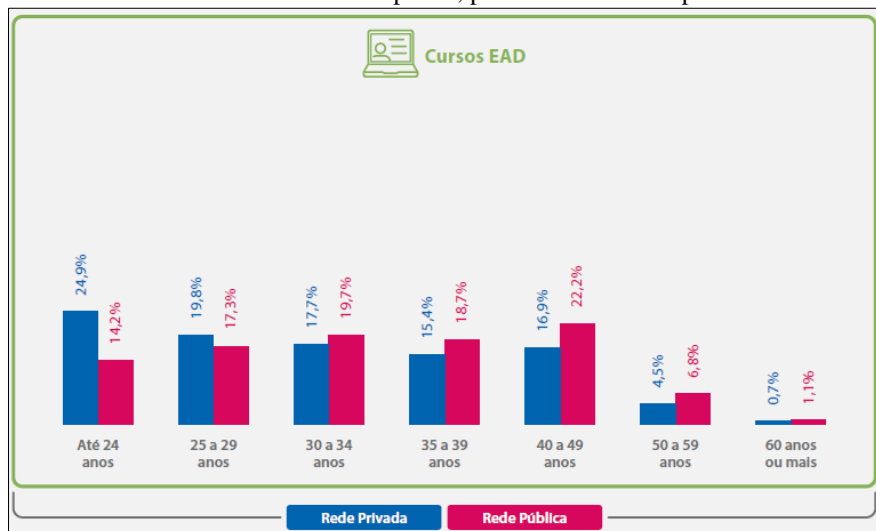
De acordo com Ferreira e Mourão (2020) o perfil dos alunos de cursos em EaD é de pessoas com idades maiores do que aqueles que estudam na modalidade presencial, que já têm maior participação no mercado de trabalho ou então de pessoas que procuram uma segunda graduação. Os autores afirmam que é esperado do aluno dessa modalidade de ensino, que tenha autonomia, boa comunicação e amplo conhecimento tecnológico. De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no Censo da Educação Superior 2021, sintetizados pelo Instituto Semesp (2023, p. 19), é possível observar a diferença do perfil dos estudantes de cursos presenciais e a distância (figuras 1 e 2): 64,2% dos alunos de cursos presenciais da rede pública e 58,6% da rede privada correspondem a faixa etária de até 24 anos, enquanto que para os cursos a distância o percentual desta faixa etária corresponde a 14,2% (públicas) e 24,9% (privadas).

Figura 1 Matrículas em cursos presenciais de nível superior, por faixa etária e dependência administrativa - 2021



Fonte: Instituto Semesp, 2023, p. 19

Figura 2 – Matrículas em cursos EaD de nível superior, por faixa etária e dependência administrativa - 2021



Fonte: Instituto Semesp, 2023, p. 19

Para Ramos (2020), o ensino a distância oferece flexibilização do tempo formativo, para alunos que atuam profissionalmente e não conseguem estudar em horários fixos. Segundo os autores, os discentes de cursos EaD são geralmente adultos trabalhadores com família ou que moram em locais com pouco acesso à educação.

Segundo Basso *et al.* (2023), o perfil atual da geração de jovens que estudam em cursos superiores, leva as IES a criarem novas formas de qualificação dos estudantes, considerando que os jovens procuram liberdade para aprender, com a utilização de formas interativas de aprendizagem. Segundo os autores, o processo de implantação do ensino a distância demanda das IES, uma reformulação de sua estrutura didático-pedagógica com a adaptação para os ambientes virtuais de aprendizagem, mudança da cultura dos docentes, que necessitam passar a utilizar metodologias ativas e tecnológicas e o ajuste dos discentes ao novo processo.

Ferreira e Mourão (2020) defendem ainda que

como o público da EaD pensa e aprende diferente e espera usar as mídias sociais em todos os aspectos da sua vida, os métodos de ensino precisam considerar um maior grau de individualização da aprendizagem, com adaptação na atuação dos professores e instrutores e um nível mais alto de habilidades de ensino (Ferreira; Mourão, 2020, p. 258).

De Campos (2022) destaca que o aprendizado virtual tem se diversificado ainda mais com a possibilidade de utilização de dispositivos móveis por parte dos estudantes, como tablets e celulares, “propiciando ao usuário uma vasta e longa jornada de acesso a toda e qualquer informação, a todo e qualquer tempo, em todo e qualquer lugar” (De Campos, 2022, p. 6), possibilitando que a aprendizagem seja realizada em qualquer lugar, enquanto Ferreira e Mourão (2020) afirmam que 79% dos cursos totalmente em EaD (dados de 2018) utilizavam os ambientes virtuais de aprendizagem, os recursos mais utilizados para disponibilização dos conteúdos eram as teleaulas (86,2%), os textos digitais (85,7%), os vídeos que não correspondem a teleaulas (71,4%), livros eletrônicos (70,9%), livros impressos (70,7%) e outros dispositivos digitais de aprendizagem (67,5%) (Ferreira; Mourão, 2020, p. 258).

Basso *et al* (2023) destacam como características do ensino a distância, a possibilidade de conciliação do curso com outras atividades por parte dos alunos, bem como o estímulo à independência do discente, à criatividade, à autodisciplina e à troca de informação entres os alunos com a utilização de tecnologia.

De Campos (2022) relaciona como vantagens para a implementação do EaD nas Universidades: o aumento da lucratividade, sendo possível aumentar o número de estudantes em um mesmo curso; a redução de custos, haja vista que não há necessidade de utilização da estrutura física da Instituição e há um mesmo professor e tutor para muitos alunos; é possível ofertar diversos cursos; os conteúdos dos cursos são mais fáceis de atualizar; os cursos podem ter conteúdos personalizados; acesso à plataforma de ensino de qualquer lugar e a qualquer tempo, tanto por parte dos alunos, como dos professores; economia de tempo e dinheiro por não ser necessária a locomoção até à Instituição.

Ferreira e Mourão (2020) identificam como vantagens da EaD, a flexibilidade de tempo, a eliminação da distância geográfica, o menor custo financeiro, a contribuição para a democratização do ensino superior, a possibilidade de produção sofisticada do material de estudo, a velocidade na atualização e disponibilização dos conteúdos, a interação entre as pessoas com a utilização de plataformas digitais e facilidade no redesenho de disciplinas e conteúdos.

Oliveira e Paschoalino (2022) afirmam que o aumento da procura pelo ensino a distância tem como motivos: os valores menores de mensalidade, o nível de exigência nas avaliações menor do que

os cursos presenciais e a possibilidade de o estudo ocorrer em espaços e tempos diversos. Segundo os autores, a EaD tem sido avaliada por alunos e pelas empresas

como um veículo que possibilitaria a ascensão social, pois esses sujeitos teriam melhores condições tanto em relação ao custo, quanto em termos de maior disponibilidade de tempo e espaço para cursarem e concluírem um curso superior e buscarem novas oportunidades de trabalho (Oliveira; Paschoalino, 2022, p. 86).

2.2 DESAFIOS DO ENSINO A DISTÂNCIA

Como desafios do ensino a distância, Basso *et al.* (2023) elencam computadores com baixa capacidade, falta de conhecimento por parte dos alunos para operar os sistemas e o computador, conexão lenta e programas inflexíveis. Os autores apontam que para ser possível o bom funcionamento dos cursos em EaD, cabe às IES conhecer o perfil dos discentes, além de prover estruturas físicas e de suporte para auxiliar os alunos com maiores dificuldades para utilizar a tecnologia.

Da Silva *et al.* (2022) apontam como dificuldade na gestão dos cursos em EaD, os elevados índices de evasão acadêmica. De acordo com os autores, os fatores que contribuem para a evasão escolar, que são fatores que precisam ser observados pelas IES caso decidam implementar essa modalidade de ensino são: metodologia e didática dos professores; forma de interação dos professores com os alunos; qualidade do *feedback* que os docentes ofertam; vínculo que estabelecem com os alunos; conflitos no agendamento de provas ou atividades; grau de dificuldade do curso ou das atividades, qualidade do material didático, problemas no envio e lançamento de notas, fragilidade no sistema de avaliação, prazo curto para envio de atividades, provas mal formuladas, problemas na plataforma de ensino (interatividade e interface), baixo ou inexistente acompanhamento da coordenação, ausência de orientações quanto aos estudos, carga horária excessiva, ausência de aulas práticas ou de laboratório, problemas com suporte técnico, localização, infraestrutura e localização dos polos de apoio, coordenação de curso de difícil acesso, falta de acessibilidade, falta de treinamento dos tutores, falhas no suporte administrativo, alta rotatividade ou carência de tutores, escassez de computadores nos polos; falta de programas que incentivem a participação do aluno em programas de pesquisa, extensão e monitoria; custo mais baixo que os cursos presenciais, problemas de assimilação do conteúdo, desempenho e reprovação nas disciplinas, não adaptação à modalidade EaD, dificuldade para realizar as atividades sozinho, estudar sozinho, utilizar as ferramentas adotadas no curso EaD, dificuldade para ler e interpretar textos, dificuldade em usar computador e as TICs, problemas de conexão e acesso à internet, ausência de computadores pessoais para estudo, limitação no uso de ferramentas tecnológicas, baixa interação face a face entre educadores e estudantes e entre os estudantes (distância física entre os colegas); administração do tempo: “flexibilidade de tempo proporcionada pela educação a distância não o exime de responsabilidades, apenas permite que estas

sejam cumpridas em dia/horário de sua conveniência, mediante adequado planejamento do tempo” (Da Silva *et al.*, 2022, p. 238).

De Campos (2022) em sua pesquisa sobre a evasão no ensino superior na modalidade EaD, identificou que dentre os motivos que levam à desistência do curso estão a falta de tempo para estudar, o acúmulo de atividades que precisam ser executadas e a falta de adaptação às metodologias dos cursos a distância, ou seja, problemas relacionados à disciplina e à autonomia do aluno para estudar sozinho. Outra dificuldade destacada foi o tempo para que o aluno consiga sanar uma dúvida, pois como a maioria dos cursos acontecem de forma assíncrona, não há interatividade com o professor em tempo real, o que causa insatisfação do aluno.

2.3 IMPACTO NA GESTÃO E OFERTA DE CURSOS EAD PELAS IES

Inquestionavelmente existem diferenças na gestão de IES públicas e privadas no Brasil, mas de alguma forma há uma complementação e dependência na maneira de estruturação destes dois modelos de administração e isto vai impactar na oferta de cursos EaD, como será visto a seguir.

2.3.1 Instituições Privadas

Corroborando as afirmações de que os cursos a distância têm um custo menor para os estudantes, Scudeler e Tassoni (2023), apresentam a pesquisa realizada pela empresa de consultoria Hoper em 2021, onde é sinalizada a evolução das mensalidades médias dos cursos presenciais e a distância praticadas por IES privadas, entre 2005 e 2021 (no caso dos cursos na modalidade a distância, os valores passaram a ser consultados apenas em 2012). Segundo informado pelos autores, a empresa de consultoria coletou 18.071 preços entre novembro de 2020 e fevereiro de 2021, considerando um universo de 24.465 cursos.

Tabela 1 Valor médio das mensalidades de IES privadas (em reais) - Brasil (2005-2021)

Ano	Presenciais (R\$)	EaD (R\$)
2005	932,25	
2006	908,49	
2007	859,34	
2008	846,34	
2009	835,37	
2010	787,77	
2011	817,75	
2012	826,02	405,22
2013	850,36	393,66
2014	883,81	390,64
2015	959,64	382,18
2016	935,02	358,95
2017	907,10	324,90
2018	900,59	306,41
2019	872,07	283,36
2020	769,27	261,20
2021	758,44	248,67

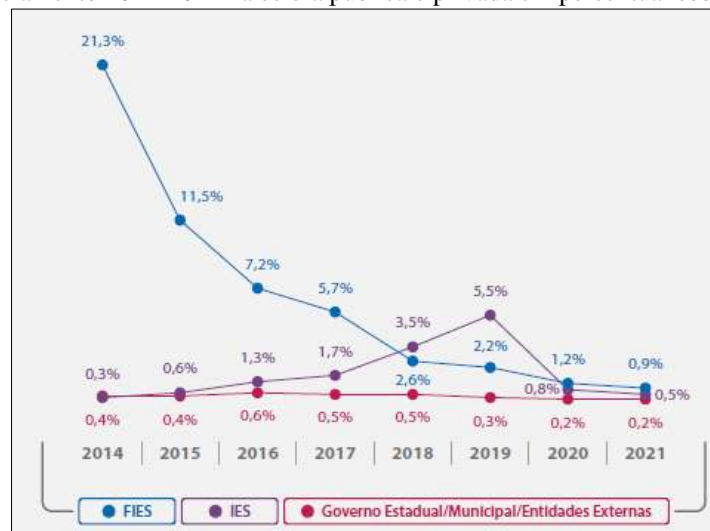
Fonte: Hoper Educação (2021, p. 28) apud Scudeler e Tassoni (2023, p. 8)

Observando-se a tabela 1 percebe-se que desde o início da coleta das mensalidades em 2012, os valores dos cursos a distância já eram cerca de 50% dos cursos presenciais e em 2021 esse percentual chegou a quase 33%.

De acordo com Scudeler e Tassoni (2023, p. 8), como o número de cursos em EaD aumentou muito, a lucratividade passou a ser mantida pelo número de alunos matriculados, “com ganhos em escala, uma vez que o aumento do número de alunos nessa modalidade não significa, na mesma proporção, o aumento de despesas com infraestrutura, professores ou tutores”.

Um dos fatores que colaboraram para queda nas mensalidades pode estar na diminuição da oferta de financiamento por parte do governo. O FIES¹ apresentou redução expressiva no ano de 2015, provocando um aumento tímido de financiamento pelas próprias instituições até 2019, que praticamente se extingue em 2020 (figura 3).

Figura 3 Oferta de financiamento 2014-2021 na esfera pública e privada em percentual sobre o número de matrículas



Fonte: Instituto Semesp, 2023, p. 32

Quanto à oferta de bolsas, o ProUni² teve crescimento até 2020, e desacelerou em 2021, já as bolsas oferecidas pelas IES se mantiveram num patamar pequeno, mas estável de 2014 à 2018, onde desacelerou sua oferta de 2019 até 2020 (figura 4).

¹ FIES - Fundo de Financiamento do Ensino Superior, criado pela Lei 10.260/01, concede financiamento das mensalidades aos estudantes de cursos superiores, onde o Governo Federal paga a mensalidade à IES e depois da conclusão do curso, o estudante começa a pagar ao Governo, em parcelas mensais (Li, 2016).

² ProUni - Programa Universidade para Todos, criado pela Lei 11.096/05 oferece bolsa de estudos total para estudantes com renda de até 1,5 salário-mínimo e parcial para os com renda até 03 salários mínimos (Li, 2016).

Figura 4 Oferta de bolsas 2014-2021 nas esferas pública e privada em percentual sobre o número de matrículas



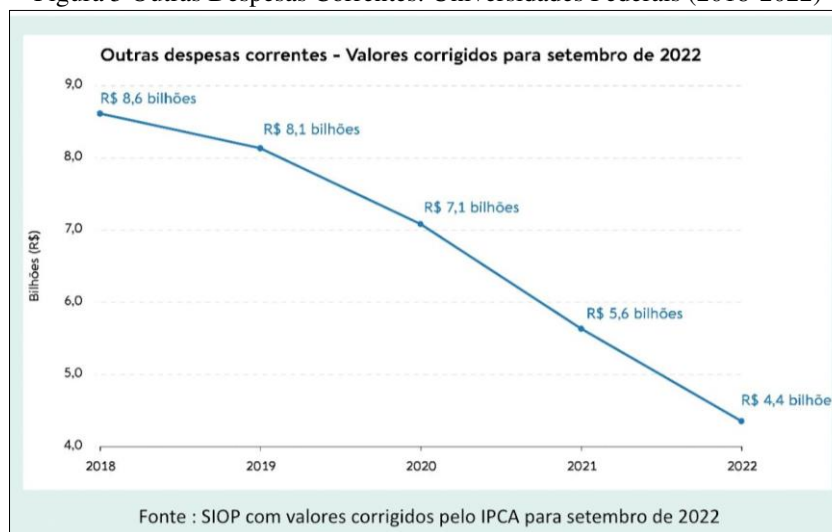
Fonte: Instituto Semesp, 2023, p. 32

Observando as figuras 5 e 6 é possível perceber que a oferta de bolsas cresceu no período em que houve a queda do financiamento estudantil.

2.3.2 Instituições Públicas

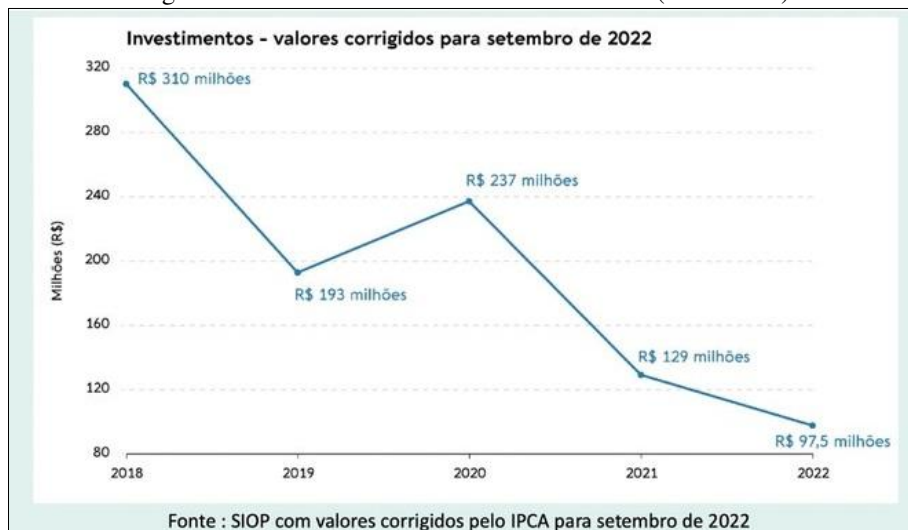
Um fator de impacto no funcionamento das IES públicas federais foi a forte redução nos valores que lhe foram repassados, implicando em cortes nas despesas e nos investimentos. Conforme figuras 5 e 6, entre os anos de 2018 e 2022 houve queda de 45% nos valores destinados às despesas correntes, que incluem as bolsas de estudo e de 68,5% nos investimentos, que englobam a compra de equipamentos, livros e materiais permanentes (Sou Ciência, 2022).

Figura 5 Outras Despesas Correntes: Universidades Federais (2018-2022)



Fonte: <https://souciencia.unifesp.br/destaques/universidade-em-pauta/verbas-de-custeio-caem-45-e-investimento-despenca-50-em-universidades-federais-no-governo-bolsonaro>. Acesso em 04 Set. 2023

Figura 6 Investimentos: Universidades Federais (2018-2022)



Fonte: <https://souciencia.unifesp.br/destaques/universidade-em-pauta/verbas-de-custeio-caem-45-e-investimento-despenca-50-em-universidades-federais-no-governo-bolsonaro>. Acesso em 04 Set. 2023

Segundo Ripa (2020), o número de matrículas em cursos a distância nas Instituições públicas teve maior crescimento a partir de 2006 com a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). A autora afirma que o maior número de matrículas foi observado em 2008 em virtude do aporte financeiro recebido pelo Sistema, mas que a partir deste ano, os repasses foram diminuindo, o que implicou também na redução do número de matrículas.

A UAB foi criada por meio do Decreto 5.800/2006 como um sistema “integrado por instituições públicas que oferecem cursos de nível superior, por meio do uso da metodologia da educação a distância, para democratizar e interiorizar o acesso da população ao ensino superior público de qualidade” (Brasil, 2006).

Segundo De Araújo (2022), a partir da instituição do sistema UAB houve aporte financeiro federal às IES públicas municipais, estaduais e federais para a criação de cursos de graduação e abertura de polos, no entanto, não houve agilidade no processo de disponibilização e repasse das verbas. O autor afirma, por exemplo, que as instituições que apresentaram propostas em 2014 só começaram a colocar as propostas em prática em 2016 e depois, só em 2018 que outro edital para recebimento de novos projetos foi publicado. Além disto, os recursos financeiros não foram disponibilizados a todas as IES, de acordo com o informado pelo MEC³, atualmente (em 2023) 107 instituições participam da UAB, sendo que em 2021 já funcionavam 313 IES públicas, ou seja, a verba federal só está sendo utilizada por cerca de 34% das instituições públicas.

³ Fonte: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/1702023_SEI_23038.009848_2021_13.pdf. Acesso em 09/09/2023.

De acordo com Ripa (2020), o repasse de recursos financeiros constitui um desafio à institucionalização da EaD nas Instituições públicas, pois esses recursos são necessários à abertura de novos cursos e de novas turmas em cursos já autorizados.

Com a escassez dos recursos disponibilizados pelo sistema UAB, o número de vagas disponibilizados às IES é muito baixo, fazendo com que as instituições tenham que escolher quais cursos ofertar ou deixar de fora de suas propostas (De Araújo, 2022). De Araújo (2022) afirma ainda que

o maior desafio para a modalidade EAD está na concepção de suas políticas em âmbito nacional, sobretudo naquilo que compete ao fortalecimento dessa modalidade nas instituições públicas de ensino superior, que ficam à mercê de instrumentos secundários (como editais de fomento) para poder promover educação a distância, não tendo um fluxo contínuo e coordenado da modalidade pelas próprias instituições que já atuam, historicamente, de modo presencial e poderiam ampliar, significativamente, sua atuação na ampliação interiorização do superior público e gratuito, direito do cidadão (De Araújo, 2022, p. 77).

3 METODOLOGIA

O artigo adotou como método os enfoques: descritivo, exploratório (Sampieri; Collado; Lucio, 2013), conjugado com estudo de caso de uma Instituição de Ensino Superior privada, visando entender as mudanças ocorridas em virtude da implementação da educação totalmente a distância (Yin, 2015).

As técnicas empregadas referiram-se ao levantamento de textos, dissertações e legislação inerentes à temática proposta, além de terem sido colhidos dados dos Censos da Educação Superior, dos anos 2001 a 2021, publicados pelo Inep, referentes ao número de matrículas efetuadas nos cursos de nível superior.

Foi realizada entrevista não diretiva com o pró-reitor da Instituição objeto de estudo, focalizando os seguintes tópicos: número de cursos superiores, quantidade de alunos, número de professores e de funcionários administrativos e quantidade de polos de EaD existentes no 2º semestre de 2019 e no 1º semestre de 2023; e desafios e oportunidades de atuação quanto a oferta de cursos após a pandemia da Covid-19.

Os dados foram analisados baseando-se nas informações apreendidas, associando-as ao problema e objetivos de pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

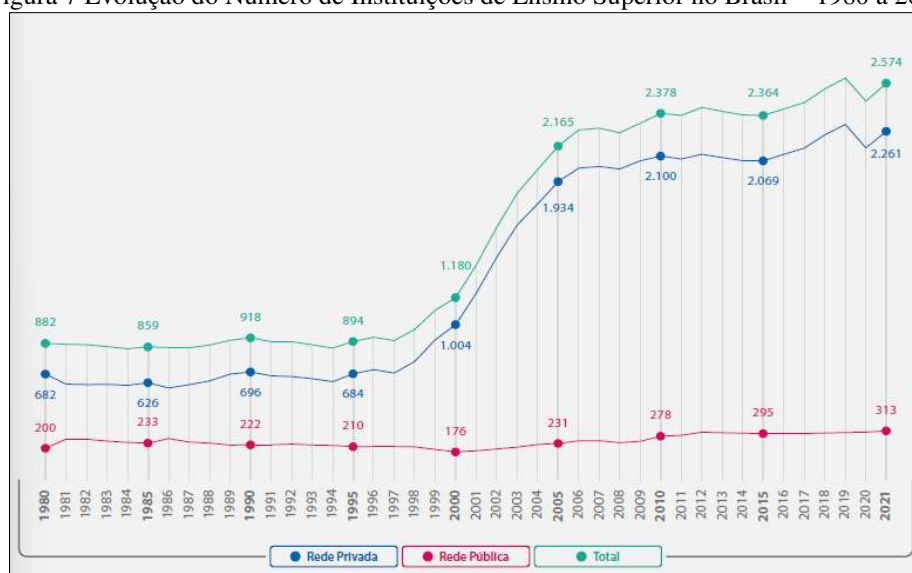
Neste item será apresentada a análise: dos dados divulgados pelo Instituto Semesp (2023), referentes à evolução do número de Instituições de Ensino, de polos de EaD e de cursos presenciais e a distância no Brasil; e dos dados obtidos no Censo da Educação Superior, publicado pelo MEC, quanto ao número de matrículas em cursos superiores no Brasil, no período compreendido entre 2001 e 2021.

Na sequência, será retratado o estudo de caso realizado junto ao Centro Universitário, evidenciando as transformações pelas quais a IES passou, na implantação do ensino totalmente a distância.

4.1 CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

O ensino superior no Brasil tem sido incentivado desde a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, depois, no primeiro PNE de 1998 e no segundo PNE de 2014 foram incluídas metas visando a sua expansão, com isto houve um expressivo aumento no número de IES brasileiras, passando as instituições particulares de 684 em 1995 para 2261 em 2021, correspondendo a um aumento de 230% e as públicas, de 210 em 1995 para 313 em 2021, refletindo um crescimento de 49% (figura 7).

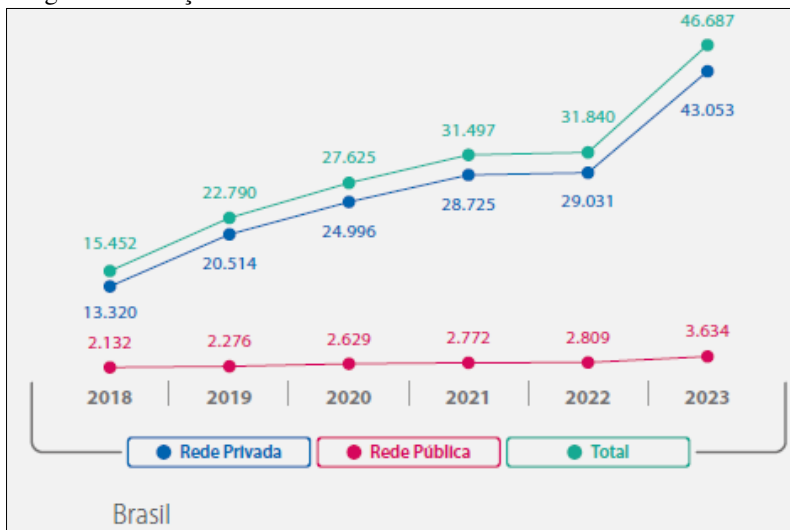
Figura 7 Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1980 a 2021



Fonte: Instituto Semesp, 2023, p. 10

Outro aumento observado foi dos polos de EaD. A figura 8 demonstra a ampliação do número de Polos no Brasil, passando de 15.452 em 2018 para 46.687 em 2023, apontando um crescimento de 70% na rede pública e 223% na privada. Um fator que provavelmente tenha contribuído para esse expressivo crescimento foi que no Decreto 9.057/2017, os polos deixaram de serem considerados “unidades acadêmicas” para serem entendidos como “espaços descentralizados de ação” (Santinello; Costa; Santos, 2020).

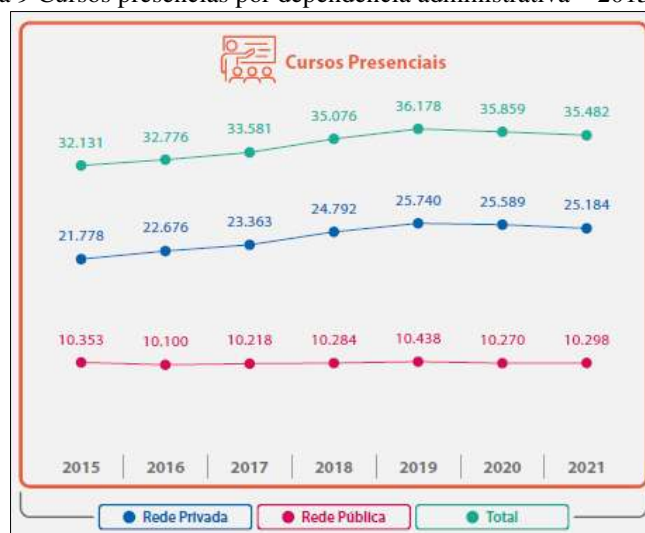
Figura 8 Evolução do número de Polos de EaD no Brasil – 2018 a 2023



Fonte: Instituto Semesp, 2023, p. 12

Em 2021, 71% dos cursos superiores presenciais eram ofertados por instituições privadas e 29% por públicas. Nas instituições particulares houve um crescimento do número dos cursos presenciais de 2015 a 2019 chegando a 25.740, depois esse número passou a declinar, sendo que em 2021 ofertavam 25.184 cursos. Já na rede pública o número de cursos presenciais não sofreu grandes alterações entre 2015 e 2021, ficando na faixa de 10 mil cursos disponibilizados (figura 9).

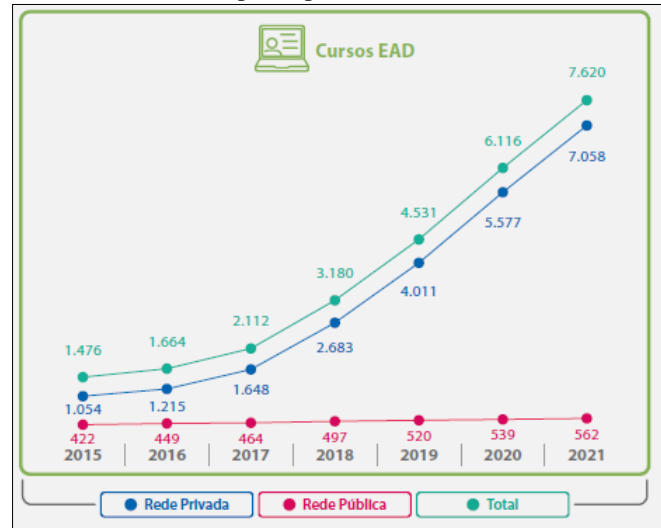
Figura 9 Cursos presenciais por dependência administrativa – 2015 a 2021



Fonte: Instituto Semesp, 2023, p. 28

Quanto aos cursos em EaD, o aumento da oferta foi bem mais acentuado: nas instituições privadas cresceu 180% entre 2015 e 2021 e nas públicas, 34%. Em 2021, 92,6% dos cursos a distância foram ofertados por IES privadas (figura 10).

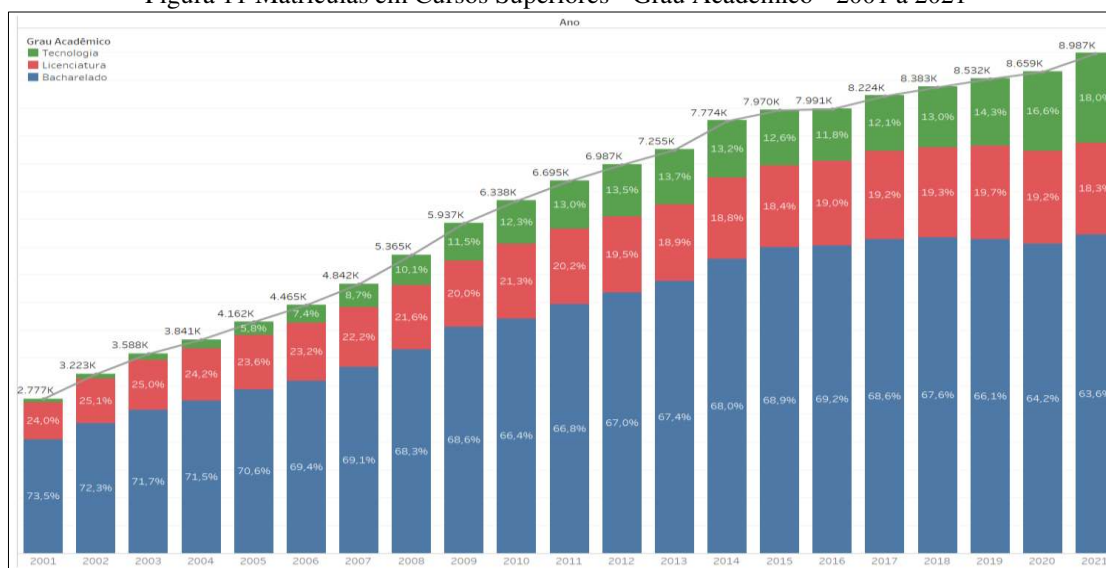
Figura 10 Cursos em EaD por dependência administrativa – 2015 a 2021



Fonte: Instituto Semesp, 2023, p. 28

Com o aumento do número de Instituições e de cursos, houve também o crescimento das matrículas nos cursos superiores. Coletando-se os dados informados pelo Inep em seus Censos da Educação Superior, verificou-se que entre 2001 e 2021 houve aumento de 224% na quantidade de matrículas realizadas nos cursos superiores em todo o Brasil, conforme dados da figura 11. Separando por grau acadêmico, percebe-se que os cursos de graduação aumentaram 180%, os de licenciatura 180% e os tecnológicos 2202%, sendo que estes últimos passaram a ser relevantes somente após a LDB de 1996.

Figura 11 Matrículas em Cursos Superiores - Grau Acadêmico - 2001 a 2021*



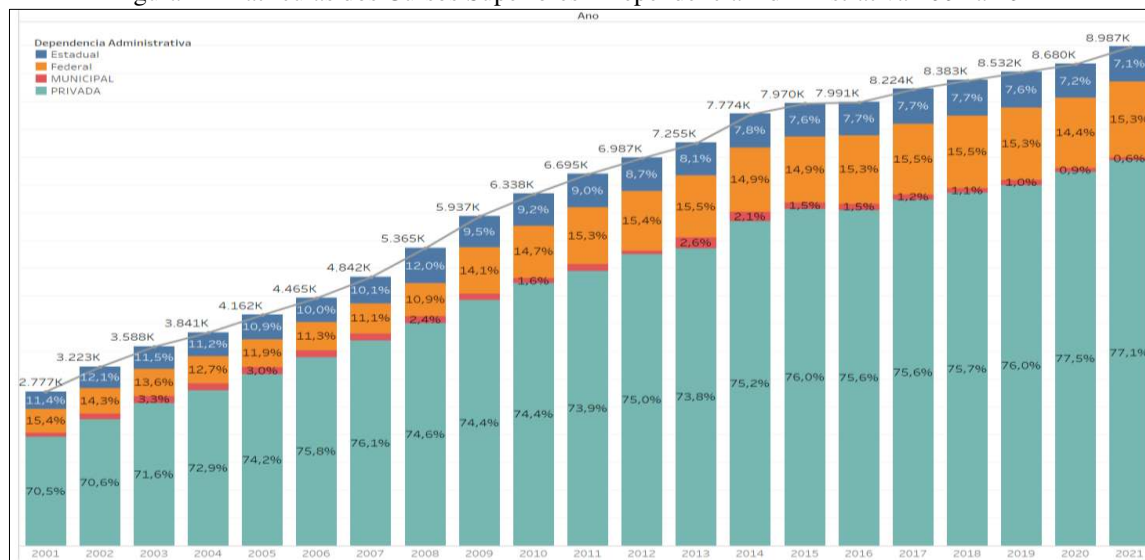
Fonte: Brasil (2022)

*Obs.: Números representados em milhares

A figura 12 mostra os dados de matrículas segmentados por dependência administrativa. É possível observar que houve um vigoroso crescimento no número de matrículas das Instituições

privadas entre 2001 e 2021, 254% e das instituições públicas federais, 220%. As matrículas das instituições públicas estaduais cresceram menos, 100%, e as municipais tiveram redução de 33% no número de matrículas.

Figura 12 Matrículas dos Cursos Superiores - Dependência Administrativa 2001 a 2021*

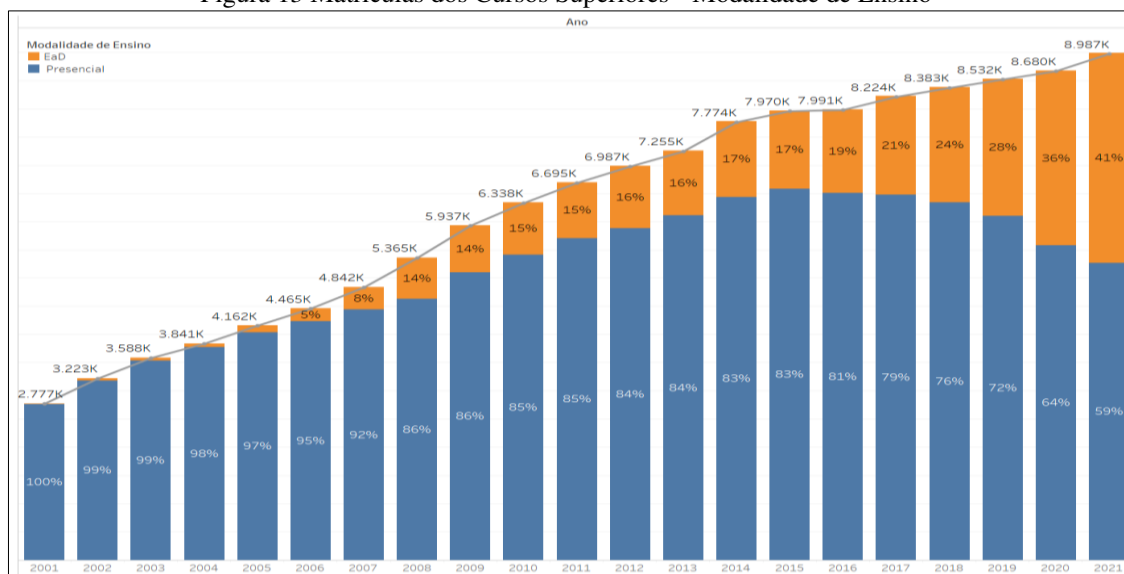


Fonte: Brasil (2022)

*Obs.: Números representados em milhares

A figura 13 apresenta as matrículas modalidade de ensino. Observa-se que em 2006 as matrículas na modalidade a distância passam a ser relevantes, superior a 5% e crescendo rapidamente. A partir de 2015, as matrículas nos cursos presenciais começam a diminuir enquanto as matrículas dos cursos a distância passam a crescer com maior velocidade, representando 41% das matrículas em 2021.

Figura 13 Matrículas dos Cursos Superiores - Modalidade de Ensino*

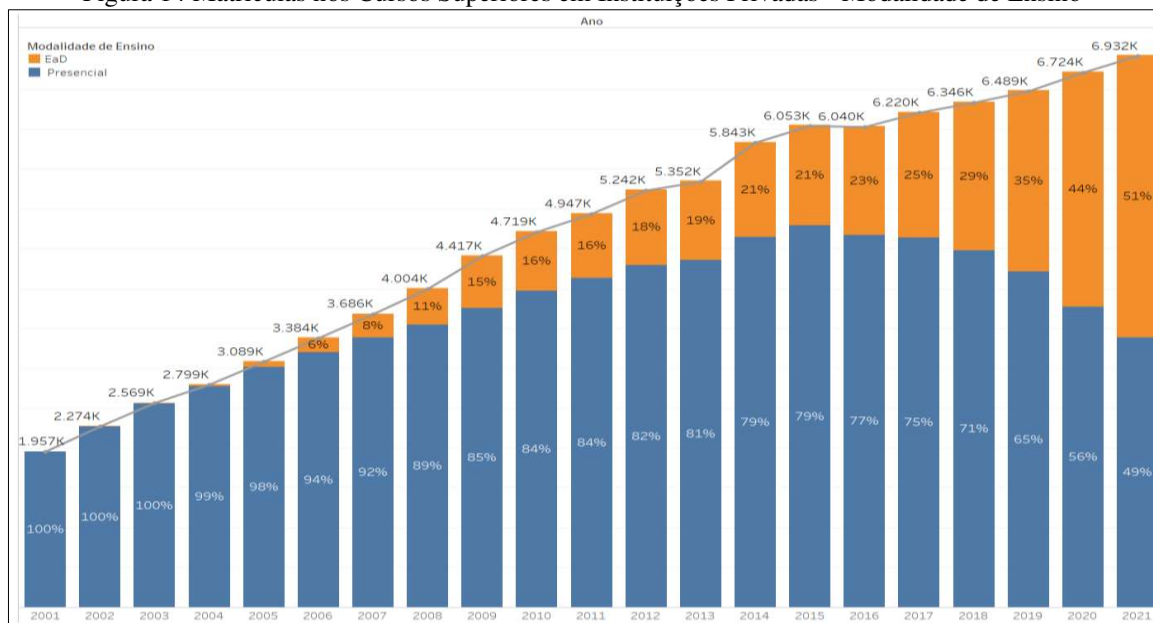


Fonte: Brasil (2022)

*Obs.: Números representados em milhares

A evolução das Matrículas nos Cursos Superiores por modalidade de ensino das instituições privadas é apresentada na figura 14 e das instituições públicas na figura 15. Fica claro pelos gráficos que o crescimento da participação das matrículas modalidade observado a partir de 2006 ocorre quase que exclusivamente nas instituições privadas, passando 6% em 2006 para 51% em 2021. Já nas instituições públicas a participação da modalidade a distância passa de 4% para 8%.

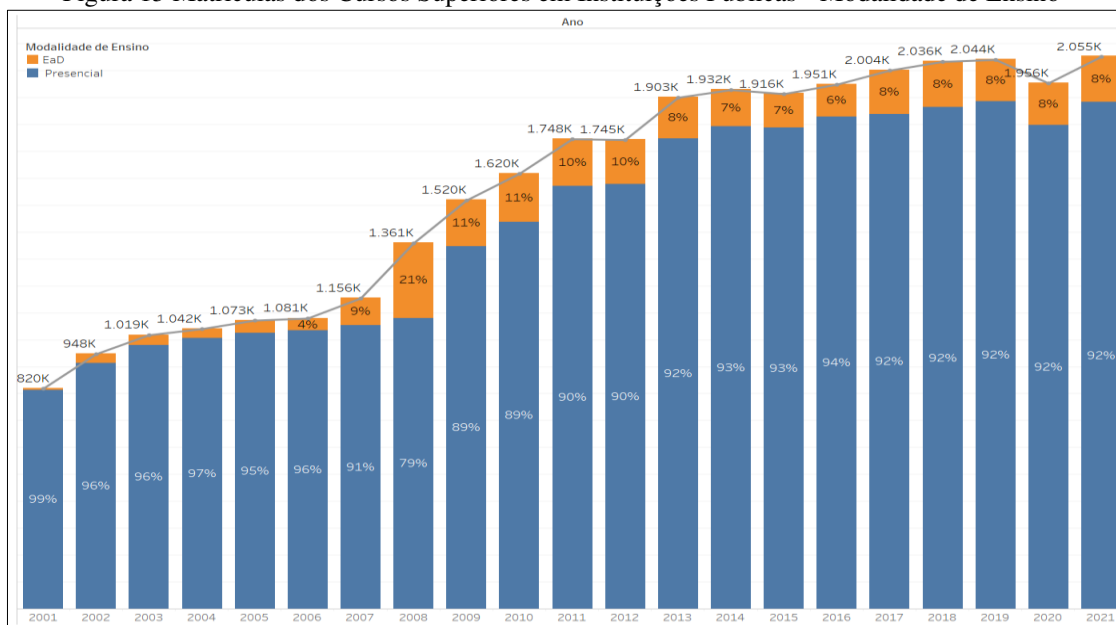
Figura 14 Matrículas nos Cursos Superiores em Instituições Privadas - Modalidade de Ensino*



Fonte: Brasil (2022)

*Obs.: Números representados em milhares

Figura 15 Matrículas dos Cursos Superiores em Instituições Públicas - Modalidade de Ensino*

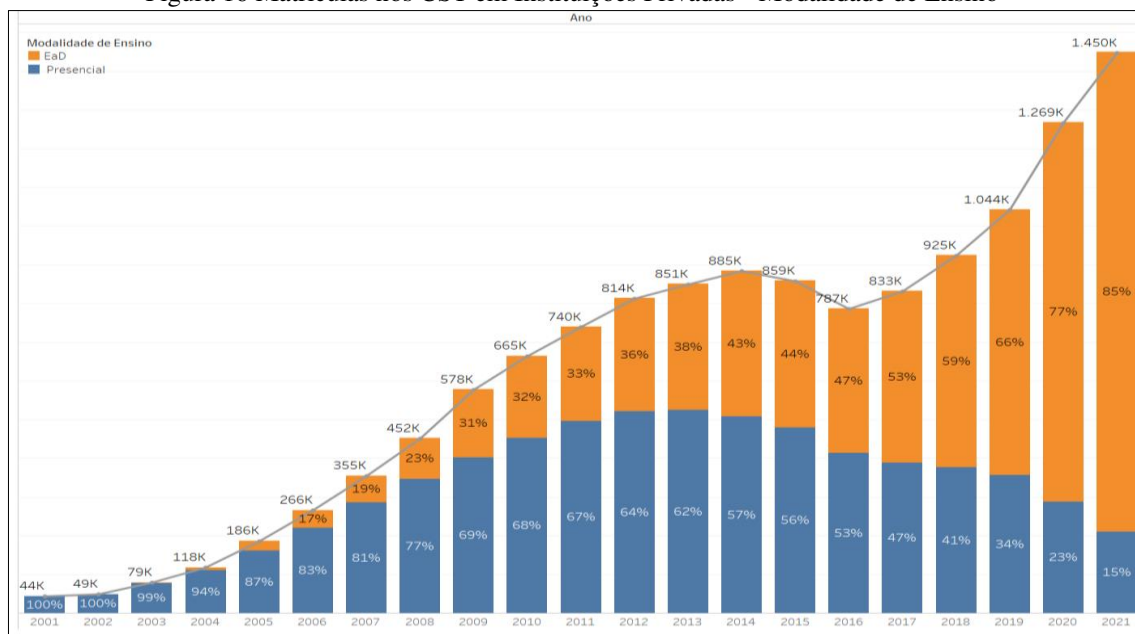


Fonte: Brasil (2022)

*Obs.: Números representados em milhares

Nas instituições privadas, a modalidade a distância tem crescido nos três graus acadêmicos, sendo que em 2021, atingiu 32% das matrículas dos bacharelados, 84% das licenciaturas e 85% dos cursos superiores de tecnologia (CST), sendo este último grau acadêmico o de maior crescimento da modalidade a distância, e cuja evolução pode ser observada na figura 16.

Figura 16 Matrículas nos CST em Instituições Privadas - Modalidade de Ensino*



Fonte: Brasil (2022)

*Obs.: Números representados em milhares

4.2 ESTUDO DE CASO

O Centro Universitário XYZ é uma Instituição de Ensino Superior privada, com sede na cidade de São Paulo, iniciou suas atividades como Faculdade no ano 2000, ofertando cursos presenciais de graduação, licenciatura e tecnologia, portanto fundada dentro do intervalo de grande crescimento de instituições privadas segundo dados do Instituto Semesp (2023), (ver figura 7 Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1980 a 2021).

Formando parcerias com colégios para utilização de suas instalações no período noturno, se expandiu estrategicamente, contando assim, em 2019, com 07 unidades parceiras e 02 próprias para disponibilizar suas aulas presenciais. No final do ano de 2019 foi transformada em Centro Universitário.

Os cursos presenciais da Instituição tinham autorização do MEC para atuar com 20% da carga horária no modelo de EaD, então, desde a sua fundação, a Faculdade além de utilizar ferramentas tecnológicas como complementação de aulas ministradas presencialmente, já possuía também estrutura para a realização do ensino a distância. Em 2018 esse percentual aumentou para 40% e no final de 2019 a Instituição foi credenciada pelo MEC para a oferta de cursos totalmente na

modalidade EaD. Nesse processo de transformação, a partir do final de 2019 foram abertos 45 cursos de nível superior totalmente em EaD na Instituição. Conforme os dados de evolução dos cursos em EaD no Brasil, o Centro Universitário está inserido no período de expressivo aumento dessa modalidade na rede privada, que registrou um crescimento de 569% nos cursos superiores em EaD entre 2015 e 2021.

A reestruturação provocada pelo isolamento social em virtude da pandemia da Covid-19 (primeiro semestre de 2020), transformou o estudo presencial em remoto, sendo ministrado pelos mesmos professores que lecionavam presencialmente e, praticamente com o mesmo formato das aulas presenciais, utilizando-se de plataformas de vídeo conferência como *google meet*, *zoom* e *teams*; com o apoio de redes sociais (*facebook*, *whatsapp*) e *e-mails* para a comunicação com os estudantes. As aulas em EaD seguiram sem alterações, sendo continuadas por meio da plataforma da Instituição na Internet.

A partir do segundo semestre de 2020, diante do prolongamento da proibição de realização de aulas presenciais, mesmo diante da crise que havia sido instaurada, a Instituição identificou uma oportunidade de negócio, visto que tinha a autorização para ministrar cursos totalmente em EaD, iniciou a estratégia de encerrar as parcerias com os colégios onde os cursos presenciais eram ofertados e abriu 16 polos de EaD. Como visto nos dados de crescimento de polos, houve um crescimento de 48% na abertura destes de 2022 a 2023, tendência que já vinha sendo adotada pela instituição.

A modalidade de ensino híbrida, onde o aluno tem acesso ao conteúdo das aulas pela plataforma de estudos da Instituição na internet e realiza as avaliações de forma presencial em um dos polos disponíveis, também foi instalada.

Com a abertura dos polos de EaD, a Instituição ampliou a sua abrangência, visto que até 2020 o Centro Universitário atuava apenas na cidade de São Paulo, passou então a ofertar cursos em outras cidades do Estado de São Paulo e também em outros Estados da Federação.

Merece destaque na gestão da Instituição a diferença nos valores das mensalidades dos cursos, de acordo com a modalidade ofertada. Nos cursos totalmente em EaD chegou-se a uma redução de quase 85% com relação aos cursos presenciais, assim o Centro Universitário percorreu a tendência que veio sendo adotada de diminuição de mensalidades entre cursos presenciais e a distância, conforme apontado por Scudeler e Tassoni (2023).

Segue no quadro 1, um resumo das mudanças que se sucederam no Centro Universitário diante do contexto exposto:

Quadro 1 Resumo das mudanças 2º sem 2019 e 1º sem 2023

	2º sem 2019	1º sem 2023
Unidades	9*	2
Pólos EaD	0	16
Local de atuação		
	São Paulo (SP)	São Paulo, Barueri, Campinas, São Bernardo do Campo e Guarulhos (SP), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Fortaleza (CE), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS) e Vitória (ES)
Recursos Humanos		
Docentes	331	66
Funcionários administrativos	274	55
Cursos		
Presencial*	15 tecnológico	13 tecnológico
	12 graduação	31 graduação
	18 pós graduação	0 pós graduação
EaD	0	20 tecnológico
	0	25 graduação
	0	pós graduação: 19 (aulas assíncronas) + 35 (aulas síncronas)
Híbrido	0	20 tecnológico
	0	25 graduação
	0	22 pós graduação
Alunos		
Presencial	7547	0
EaD	0	5216
Híbrido	0	78

Fonte: Elaborado pelos autores

* Em 2023 os cursos presenciais estavam ativos no MEC, mas não havia nenhuma turma formada e/ou em andamento.

Percebe-se que para a Instituição houve vantagens na diminuição de unidades físicas, visto que os polos tiveram um gerenciamento mais simplificado e que pôde também se expandir para outras cidades e Estados com a reestruturação.

A questão de recursos humanos, entretanto, foi a que mais se modificou com a implantação dos cursos totalmente EaD. Para a Instituição foi uma grande vantagem econômica, visto que os gastos com pessoal são muito significativos para a gestão.

Em se tratando de número de cursos e alunos não houve mudança tão significativa, destacando-se apenas que em 2019 não havia cursos híbridos e totalmente em EaD e que em 2023, embora os cursos presenciais estivessem ativos junto ao MEC, não haviam turmas formadas, ou seja, não houve matrículas em cursos presenciais, o que também insere o Centro Universitário na tendência observada no Brasil, da diminuição de matrículas em cursos presenciais e aumento nos cursos a distância nas IES privadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do contexto de crescimento desproporcional maior das instituições de ensino superior privadas com relação às públicas, e com base nos dados levantados, no recorte dos anos 2001-2021,

observa-se que os fatores que colaboraram para o crescimento expressivo da oferta de cursos EaD nas instituições privadas estão ligados principalmente com: incentivos da legislação tanto para flexibilização de abertura de cursos, como para instalação de polos; adaptação à queda de financiamentos por parte do governo; necessidade de diminuição de investimentos e infraestrutura, ao mesmo tempo que possibilitou o aumento de matrículas com mensalidades menores e ampliação do alcance geográfico dos cursos; reestruturação das instituições diante da pandemia de Covid 19.

Nota-se, entretanto, que nas instituições públicas, o crescimento de cursos EaD foi menor, comparativamente às privadas, mesmo diante do contexto de pandemia, não houve reestruturação no setor, visto que a gestão e oferta deste tipo de curso, na rede pública, está centralizada na Universidade Aberta do Brasil, ficando as IES públicas dependentes do financiamento Federal disponibilizado por meio deste sistema, o que causou certa estagnação das IES públicas, que não se sentiram estimuladas a implementar a modalidade EaD como parte de sua própria estrutura interna.

Outro aspecto a ser observado é quanto ao diferente posicionamento das IES públicas e privadas diante da redução de receitas, pois foi verificada a acentuada diminuição de repasse de verbas às Instituições públicas federais e também a redução das receitas das instituições privadas, que perderam alunos em virtude da diminuição do FIES e que por isto precisaram disponibilizar financiamentos próprios, conceder bolsas de estudo e diminuir o valor das mensalidades, principalmente dos cursos a distância, para manter o equilíbrio financeiro. A redução das receitas aconteceu tanto na rede pública quanto na privada, no entanto, enquanto as Instituições privadas se reestruturaram, passando a ofertar cursos a distância, em nível tecnológico (com formação mais rápida), que alcançam maior número de alunos, cujas despesas de manutenção são menores, as Instituições públicas não vislumbraram a mesma oportunidade, ficando dependentes do repasse de verbas do sistema UAB e não se reestruturaram para aproveitar a tendência que se estabeleceu.

As matrículas das IES entre 2001 e 2021 aumentaram 224% em todo o Brasil, mas dividindo-se por grau acadêmico, percebe-se o crescimento muito maior para as matrículas em cursos tecnológicos (2202%).

Quanto à modalidade de ensino, a partir de 2006 as matrículas na modalidade a distância passam a ser relevantes (maior que 5%), crescendo rapidamente até chegar à proporção de 41% em 2021. Entretanto, quando se desdobra a participação das matrículas por modalidade em instituições privadas e públicas, o crescimento de EaD nas instituições privadas, passou de 6% em 2006 para 51% em 2021, enquanto que nas instituições públicas a participação variou de 4% para 8%. Notadamente o destaque ainda se aplica ao grau acadêmico de cursos superiores de tecnologia, com crescimento de 400% neste período.

Conclui-se, portanto, que o crescimento da oferta dos cursos superiores é maior nas instituições privadas, e principalmente nos cursos superiores de tecnologia, na modalidade a distância.

As oportunidades e desafios de implantação dos cursos a distância são diferentes com relação ao tipo de instituição. Como se pôde observar, estão conectados ao tempo de curso, valores, autonomia do discente e novas configurações de tecnologia e relações entre docentes e discentes. Diante do contexto da pandemia, houve movimento acelerado para a aplicação deste tipo de modalidade.

Com relação ao estudo de caso, pôde-se detectar que políticas públicas aplicadas durante os anos do recorte, possibilitaram à Instituição uma reestruturação, visando sua adaptação ao contexto geral, proporcionando aumento de seu alcance de expansão, com diminuição de recursos humanos e instalações físicas, apontando então para a tendência de crescimento na oferta ou até à oferta quase exclusiva de cursos EaD nas instituições privadas.

Sugere-se para estudos futuros, a análise da qualidade dos cursos totalmente a distância, ofertados pelas IES, comparando-se com os cursos presenciais e também, uma investigação sobre os desafios existentes para a expansão da EaD nas IES públicas.

REFERÊNCIAS

- BASSO, C. A. M. *et al.* Educação a distância no ensino superior: relato de experiências em uma universidade catarinense. *Revista foco*, v. 16, n. 3, p. e1466-e1466, 2023.
- BRASIL. *Decreto 5.800, de 08 de junho de 2006*. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm
- BRASIL. *Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017*. Regulamenta o art. 80 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm
- BRASIL. *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.
- BRASIL. *Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>
- BRASIL. *Lei 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior de 2001 a 2021: notas estatísticas*. Brasília, DF: Inep, 2022.
- DA SILVA, J. C. *et al.* Dimensões relacionadas à evasão na educação a distância: análise de uma proposta de categorização. *Revista Valore*, v. 7, p. 217-252, 2022.
- DE ARAÚJO, A. C. *Relação entre a implementação do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a migração interna por motivo de estudos nas cidades-polo de apoio presencial em Minas Gerais*. 2022.
- DE CAMPOS, P. K. A evasão no ensino superior na modalidade EaD: um estudo sobre as motivações e problemas decorrentes do processo. *Revista Científica e-Locução*, v. 1, n. 22, p. 22-22, 2022.
- DE SOUZA, F. W. *et al.* *Trajatória histórica da educação a distância (EaD): do estudo por correspondência aos dispositivos móveis*, 2022.
- FERREIRA, D. M.; MOURÃO, L. Panorama da educação a distância no ensino superior brasileiro. *Revista Meta: Avaliação*, v. 12, n. 34, p. 247-280, 2020.
- HOPER EDUCAÇÃO. *Análise setorial da educação privada*. Foz do Iguaçu: Hoper Educação, 2021.
- LI, D. L. O novo Enem e a plataforma Sisu: efeitos sobre a migração e a evasão estudantil. 2016. *Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica)* - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MATTOS, M. C. C. M.; SILVA, M. C. R. F. Precarização e privatização das políticas públicas na educação a distância. *Educação*, v. 45, p. 1-22, 2020.
- OLIVEIRA, M. A. M.; PASCHOALINO, J. B. Q. Ensino superior: Educação a distância e mercantilização do ensino superior. *Trabalho & Educação*, v. 28, n. 1, p. 83-95, 2019.

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9865>

RIPA, R. A institucionalização da EaD nas universidades públicas: um relato de experiência da UDESC. *Horizontes-Revista de Educação*. ISSN 2318-1540, v. 9, n. 16, p. 1-17, 2020.

RAMOS, D. K. (2020). Educação a distância em políticas nacionais de formação. *Revista brasileira de aprendizagem aberta e a distância*, 19(1). <https://doi.org/10.17143/rbaad.v19i1.390>

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. *Metodologia de pesquisa*. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTINELLO, J.; COSTA, M. L. F.; SANTOS, R. O. A virtualização do Ensino Superior: reflexões sobre políticas públicas e Educação Híbrida. *Educar em Revista*, v. 36, 2020.

SCUDELER, M. A.; TASSONI, E. C. M. A educação a distância como estratégia de captação de alunos após a redução da oferta do Fies. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), v. 28, p. e023007, 2023. <https://www.scielo.br/j/aval/a/HB77JwX6yxHqGM4LR5mW9Db/>

SEMESP. *Mapa do ensino superior no Brasil*. 13^a ed. São Paulo: SEMESP, 2023.

SOU CIÊNCIA. <https://souciencia.unifesp.br/destaques/universidade-em-pauta/verbas-de-custeio-caem-45-e-investimento-despenca-50-em-universidades-federais-no-governo-bolsonaro>. Acesso em 04 Set. 2023.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Bookman editora, 2015.